

# Verbo

Revista Brasileira do Livro Universitário

Número 0  
Março de 2006  
Distribuição gratuita

## Cópia de livros:

Crime ou disseminação de conhecimento?

**Entrevista:** Valter Kuchenbecker,  
presidente da ABEU

“Não podemos ficar à mercê de  
políticas partidárias”

## Reportagem:

O desafio de unir  
as editoras universitárias

Um Brasil  
**inteiro**  
pelo livro



VIVA A LEITURA

## Diretoria da Abeu

Presidente **Valter Kuchenbecker** (ULBRA)  
Fone: (51) 3477 9118 - Fax: (51) 3477 9115  
E-mail: presidente@abeu.org.br, valterk@ulbra.br

Vice-presidente **Flávia Goullart** (UFBA)  
Fone: (71) 3263 6158 / 33263 6160 - Fax: (71) 3263 6160  
E-mail: flaviagr46@hotmail.com

Secretário **Oswaldo Truzzi** (UFSCAR)  
Fone/fax: (16) 3351 8014 / 3351 8137  
E-mail: truzzi@power.ufscar.br

Diretor financeiro **Honório Nascimento** (UFSM)  
Fone/fax: (55) 220 8610  
E-mail: honorio@adm.ufsm.br

Diretora de eventos **Sheila Maluf** (UFAL)  
Fone/fax: (82) 3214 1111  
E-mail: sdmaluf@uol.com.br

Diretor de comunicação **Alcides Buss** (UFSC)  
Fone: (48) 3331 9408 - Fax: (48) 3331-9680  
E-mail: alcides@editora.ufsc.br

Diretor difusão editorial **João Canossa** (FIOCRUZ)  
Fone: (21) 3882 9039 / 3882 9041 - Fax: (21) 3882 9006  
E-mail: jcanossa@fiocruz.br

Diretor Norte **Nilson Santos** (UFRO)  
Fone: (69) 212 0059 - Fax: (69) 217 8536  
E-mail: nilson@unir.br

Diretora Centro-Oeste **Margarita Rodrigues** (UCDB)  
Fone/fax: (67) 312 3603  
E-mail: margarita@ucdb.br

Diretor Nordeste **Maria Nadja Bittencourt** (EDUNEB)  
Fone/fax: (71) 3117 2316  
E-mail: naddija.nunes@uneb.br

Diretor Sudeste **Renato Casimiro** (UERJ)  
Fone: (21) 2587 7788 - Fax: (21) 2587 7789  
E-mail: renatocasimiro@hotmail.com

Diretor Sul **Antoninho Muza** (PUCRS)  
Fone/fax: (51) 3320 3523  
E-mail: edipucrs@pucrs.br

## Expediente

### Verbo

Revista Brasileira do Livro Universitário  
Críticas, dúvidas e sugestões: abeuemrede@abeu.org.br

**Equipe de Comunicação Abeu**  
Diretor Alcides Buss (alcides@editora.ufsc.br)

### Jornalista responsável

Moacir Loth (SC 00397-JP)  
(moaloth@hotmail.com)

### Planejamento gráfico, diagramação e edição

Bruno Moreschi (brunomoreschi@gmail.com)

### Reportagem

Artêmio Souza (artemiosou@hotmail.com)  
Bruno Moreschi

### Capa

Bruno Guilherme (bruno.guilhermo@gmail.com)

### Revisão

Giovana Sanchez (gioveva@gmail.com)  
Heloisa Hübbe de Miranda  
(heloisa@editora.ufsc.br)

Distribuição dirigida  
Veiculação eletrônica

...

ABEU (Associação Brasileira das Editoras Universitárias)

Avenida Fagundes Filho, 77 Sala 24

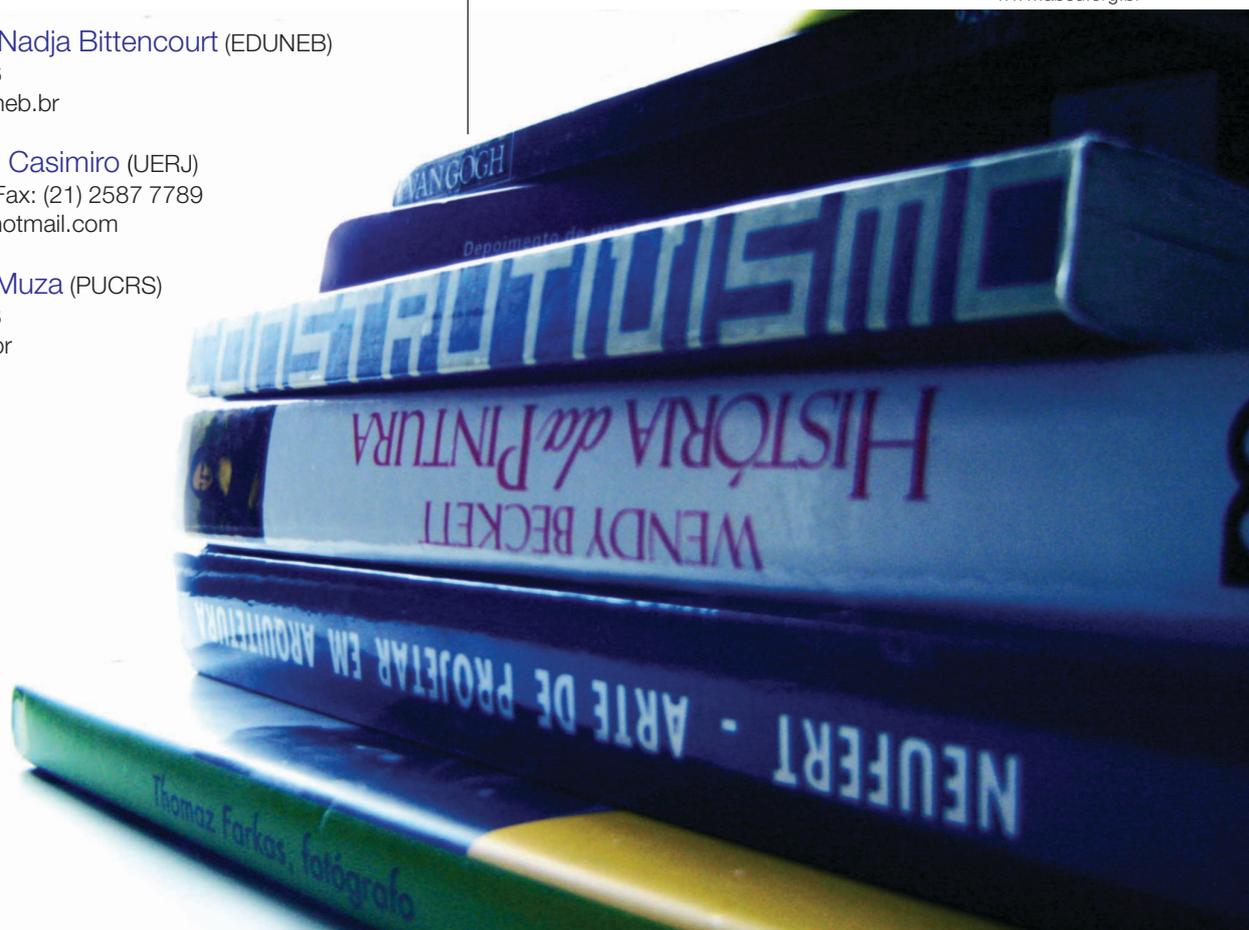
Vila Monte Alegre

CEP: 04304-010 - São Paulo - SP

Fonefax: (11) 5078 8826

Secretária: Camila Denaro (abeu@abeu.org.br)

www.abeu.org.br



# Se todo mundo pensa igual, ninguém pensa

A Associação Brasileira das Editoras Universitárias tem muita satisfação em apresentar-lhe este primeiro número de sua revista. Era um sonho acalentado há anos, sempre adiado, mas não abandonado. Enfim, torna-se realidade. As condições para sua realização são bastante limitadas e, por isto, limitamos também as nossas pretensões.

Inicialmente, vamos fazê-la assim, modesta, pequena, em meio eletrônico. Na medida do possível haveremos de incrementá-la e, quem sabe, imprimi-la em papel. Agora o importante é fazê-la existir e sobreviver.

Desde já, contamos com a sua ajuda. Queremos receber as suas críticas, sugestões e colaboração. A nossa meta é que esta simples publicação atinja o *status* de Revista Brasileira do Livro Universitário. Esse nome com que a batizamos, após muitas buscas e discussões, **Verbo**, em sua expressão singela de apenas cinco letras, representa a força com que todos nós investimos nesta convicção de que, através de livros de qualidade, ajudamos a melhorar o país e o mundo.

A nossa revista se ocupará principalmente de proporcionar a discussão de temas ligados à edição universitária. Não são poucos. Quais são os nossos objetivos? Que políticas editoriais devemos seguir? Em que nos diferenciamos de outras editoras?

Estas são algumas questões entre tantas outras. Queremos proporcionar o debate para assim alimentar a dinâmica de nosso crescimento em busca dos melhores e mais acertados rumos.

Paralelamente aos artigos assinados, haverá sempre um espaço também para a reportagem, para a entrevista e para as pequenas notícias e comentários. Não deixe de conferir o que estamos apresentando neste primeiro número e envie-nos suas opiniões. Por favor, ajude-nos a combater a indiferença.

Queremos aqui, ainda, fazer um registro sobre a importância que teve para nós a experiência anterior com a revista *Saber*, feita com o apoio da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Nesta nova etapa, desejamos somar muito mais do que dividir.

A revista que aí está se tornou possível graças a alguns batalhadores, os jornalistas Moacir Loth e Artêmio de Souza, além dos estudantes de Jornalismo, Giovana Romano Sanchez e Bruno Moreschi. A eles, um forte abraço. A você, boa leitura!

Alcides Buss

Diretor de comunicação da Abeu

Editorial



Trivial :: Páginas 4 e 5

[ novidades e espetadas no mercado editorial ]

Entrevista Valter Kuchenbecker :: Páginas 6 e 7

[ o presidente da Abeu responde, sem pudores, questões ligadas à situação do livro no Brasil ]

Artigo Carlos Alberto Gianotti :: Páginas 8 e 9

[ o costume brasileiro de produzir livros para ninguém ler ]

Reportagem de capa VivaLeitura :: Páginas 10, 11 e 12

[ a tentativa do governo de transformar a leitura em política de Estado ]

Artigo Araci Hillesheim e Gleisy Fachin :: Páginas 13, 14 e 15

[ a importância do artigo científico para a disseminação do conhecimento ]

Reportagem PIDL :: Página 16 e 17

[ uma ação que fortalece as editoras universitárias brasileiras ]

Polêmica Cópias de livros :: Páginas 18 e 19

[ duas opiniões antagônicas sobre a reprodução de obras nas universidades ]

Índice



## Cercas editoriais

A imprensa, principalmente os jornais, defronta-se constantemente com a falta de espaço para certos assuntos, que, embora acabem deletados ou no lixo, são importantes para os leitores e para a sociedade. Em outras palavras, "sonega-se" a informação por conta de uma limitação editorial. Não é censura, evidentemente, mas o prejuízo é igual. Perdem o jornal e, sobretudo, o leitor.

O fato é que os jornais possuem seções estanques, editorias setoriais, verdadeiras camisas-de-força, ou seja, se o jornalista não sabe ou não consegue bem "enquadrar" o tema, a notícia não encontra lugar no corpo do jornal e simplesmente deixa de ser publicada ou, em último caso, aguarda na reserva uma chance de um dia ser "calhau".

Um exemplo bem concreto é a informação de cunho científico ou de caráter mais técnico. As páginas de Meio Ambiente e Saúde, felizmente, começam a ser um alento para a difusão dos conhecimentos gerados nestas áreas. Mas não resolvem, por exemplo, as demandas de divulgação provocadas pela crescente publicação de livros e revistas com conteúdos científicos e didáticos. Estas obras, com raras exceções, dificilmente obtêm abrigo nas editorias de Cultura. Mesmo nas páginas de Ciência dos grandes jornais as chances de aproveitamento são quase nulas.

As obras das *Séries Didática, Enfermagem e Nutrição*, publicadas pela Edufsc, são uma referência no país pela sua reconhecida qualidade. A *Série Didática*, com

quase cem títulos, é o carro-chefe da editora, contribuindo para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão das universidades brasileiras. Estas obras, que ajudam a socializar o conhecimento produzido na universidade pública, têm reforçado o conceito de excelência da UFSC em nível nacional. Lamentavelmente, mesmo com o sucesso alcançado, a imprensa quase não acha lugar para a sua divulgação.

Até as obras da *Série Geral*, quando não tratam de temas culturais, esbarram nas cercas editoriais. Um caso exemplar foi o recente lançamento do livro coletivo *Memória do Setor Elétrico na Região Sul*, organizado pelos pesquisadores Sílvio Coelho dos Santos e Maria José Reis. Embora seja um livro de arte e trate de cultura e história, conquistou ínfimo espaço nos jornalões. Pior: o lançamento foi praticamente ignorado.

A explicação: o assunto não se encaixava em Cultura nem em Economia. Por isso, ficou no meio do caminho. Como se trata de um trabalho de fôlego, reunindo uma dezena de pesquisadores, o consolo é que a obra ocupará, pelo menos, espaço nobre nas redações para consultas. Menos mal.

Há décadas enfrentando o problema e observando este vazio de informação imprescindível ao público, lançamos o desafio para jornalistas, dirigentes e donos de meios de comunicação.

A "ditadura" do espaço é maléfica para os leitores e a mídia, pois priva a população de informações públicas, às vezes vitais.

### Charge

Para saber mais sobre a polêmica das cópias de livros nas universidades brasileiras, leia os artigos de Enoch Bruder e Guilherme Fontes nas páginas 18 e 19.



por Moacir Loth (moaloth@hotmail.com)

### Recomendo

Estou lendo *O Advogado do diabo*, de Morris West. É auto-ajuda. Só para me defender.

### Pergunta besta

Os meus antigos patrões sempre perguntavam: — Por que o jornalista escreve tanta bobagem?

### A bienal da cultura

A Bienal Internacional do Livro de São Paulo, além de conferir um maior caráter cultural, mudou de **local**. A 19ª edição acontece no Pavilhão de Exposições do Anhembi, no período de 9 a 19 de março. A Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu) garante presença obrigatória e detém o maior estande das últimas bienais. Este ano, serão 736 m². Não deixe de visitar: [www.bienaldolivros.com.br](http://www.bienaldolivros.com.br) para informações oficiais e [www.abeu.org.br](http://www.abeu.org.br) para conferir notícias sobre o evento.

### Animação para jovens

Funcionando como um convite à leitura, começam a ser lançados no país os chamados **livroclips**. O portal EducaRede ([www.educarede.org.br](http://www.educarede.org.br)), parceria com o site Canal do Livro, abriu a série de clássicos da literatura universal com *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. Um por mês, estão mapeados *Crime e Castigo*, *Dom Quixote*, *Divina Comédia* e *Os Lusíadas*. O alvo da animação são os jovens.

### Receita infalível

As editoras universitárias deveriam desenvolver e implementar políticas públicas de **comunicação**. Esse é o caminho das pedras para ajudar a eliminar a muralha que separa o mundo da universidade.

### Leitura

Numa avaliação sociológica, para “quem não leu pau **comeu**”, até que Lula fez bastante pela leitura.

### Banho de vergonha

A esperança é que, depois de tanta lama, o Brasil saia limpo e vacinado. Corrupção **não** é cultura. No máximo, matéria-prima para literatura.

### Caldo de galinha

Os livreiros tupiniquins andam **cautelosos** em relação ao Programa Google para Pesquisa de Livros. Quem quiser aderir, precisa somente encaminhar as obras. Digitá-las e colocá-las na Internet são tarefas da empresa americana. De cada livro, o “consumidor” poderá acessar até quatro páginas. O site [www.books.google.com](http://www.books.google.com) já integraria cerca de dez mil editoras. Os nossos empresários, antes de se atirarem na rede no escuro, adotam a filosofia da canja da galinha.

### Vontade política

As reitorias às vezes **cochilam** e se esquecem que as editoras cumprem um papel insubstituível na democratização do saber produzido pela universidade. Só a organização da ABEU não basta. Aí já é uma questão de prioridade interna e passa pela autonomia de cada instituição.

### Frígidas

As revistas culturais estão bem diagramadas e são magistralmente editadas. **Carecem**, porém, de injeção de ânimo. Falta polêmica, vida. Quer dizer, são lindas, mas frias, quando não requentadas!

“Bebe-se **muito**. Lê-se muito **pouco**”

Marcelo Rubens Paiva, autor do livro clássico *Feliz ano velho*, na 18ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo.

Valter Kuchenbecker, presidente da Abeu, ainda com esperança, não cansa de repetir:

“Enquanto a educação não for uma prioridade, o Brasil jamais será um país de leitores”

Valter Kuchenbecker é presidente da Associação Brasileira das Editoras Universitárias, entidade que reúne 115 editoras brasileiras. Licenciado em Letras e bacharel em Teologia, doutor em Ciências da Educação em Salamanca, na Espanha, e professor na graduação e pós-graduação, Kuchenbecker foi nomeado em 1997 como diretor da Editora da Ulbra, cargo que ocupa até hoje. Como presidente da Abeu, acredita na importância de projetar e ajudar as pequenas editoras associadas, sem esquecer das já renomadas editoras universitárias. Sua receita é simples no papel, mas um desafio na prática: melhorar a comercialização do livro universitário, investir na profissionalização e aprimorar a distribuição das obras.

Nessa entrevista, Kuchenbecker trata não só da Abeu, mas também das questões nacionais referentes ao livro, o seu eterno objeto de estudo.

Muito se falou sobre livros no ano passado. De fato, 2005 foi um ano importante para o mercado editorial?

**Valter Kuchenbecker** - Sem dúvida foi muito importante. Com o Ano Ibero-Americano do Livro e da Leitura, várias ações foram desencadeadas a favor do livro. Com a lei de desoneração fiscal do livro e a criação da Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura, o

governo federal demonstrou interesse e preocupação com uma área que há muito tempo não era lembrada. Como resposta, o mercado editorial tem se empenhado em participar e provocar políticas públicas que beneficiem o setor livreiro.

Você acha que o VivaLeitura deve continuar?

**VK** - Acredito que os primeiros passos foram dados. O que precisamos agora é avançar muito mais. Ações como a distribuição nacional de 2,4 milhões de livros de literatura para jovens e adultos recém-alfabetizados, anunciada recentemente pelo MEC, e o Projeto de Lei 1831/03, aprovado semanas atrás pela Comissão de Educação e Cultura, prevendo a criação obrigatória de bibliotecas nas escolas das redes públicas e privadas, são importantíssimas neste sentido. No entanto, é bom ressaltar que não podemos ficar, como normalmente acontece, à mercê de políticas partidárias e, sim, de políticas de governo que se mantenham e frutifiquem por longos anos. Na base do VivaLeitura está este compromisso.

Como o livro universitário sobrevive no competitivo mercado editorial?

**VK**- Acredito que existe espaço para todos nesse mercado. É bem verdade que o livro universitário tem um apelo e uma circulação mais restrita, dificilmente ele

“Não podemos ficar à mercê de políticas partidárias.”



Arquivo Abeu



Arquivo Abeu

Da esquerda para direita, o presidente da Abeu ao lado do ministro interino da Educação, Jairo Jorge, e do prefeito de São Paulo, José Serra.

será um *best-seller*. No entanto, é um mercado que tem crescido à medida que a população se educa mais e estuda mais. Basta olharmos para os índices de analfabetismo do país para entendermos o pequeno número de leitores do Brasil. Acho que é um grande mercado a ser conquistado. O livro universitário está em plena expansão, assim como as universidades se expandiram na década de 1990. Há espaço, temos que arregaçar as mangas e trabalhar.

**A ajuda governamental não desestimula a competitividade das editoras universitárias?**

**VK** - Eu discordo. Toda ajuda, seja governamental ou da iniciativa privada, só nos estimula. A Abeu mantém-se com as anuidades dos associados. Ela possui grandes projetos, mas pouco ou quase nada de recursos. A maioria dos associados são editoras públicas (estaduais ou federais). Todos nós sabemos o grau de sucateamento em que se encontram as universidades públicas do país. Por isso, os diretores destas editoras lutam com enormes sacrifícios para publicar e manter suas editoras e linhas editoriais. Portanto, é muito importante a ajuda de parceiros.

**No que a Abeu avançou e no que ela precisa melhorar?**

**VK** - Temos muito que fazer. É verdade, crescemos bastante, hoje temos uma sede própria, uma história de 18 anos e um bom número de associados. Temos ótima representação no mercado editorial e ocupamos todos os espaços que nos são concedidos. Mas, evidentemente, queremos mais. A Abeu quer se profissionalizar a cada ano. Uma

associação se fortalece à medida que serve melhor aos associados. Deve ser o ponto de encontro e de convergência dos projetos dos associados.

**Qual a sensação de trabalhar com livros em um país de tantos analfabetos?**

**VK** - Olhando o lado positivo, isso abre inúmeras oportunidades. Vamos alfabetizar este povo e isso se faz com livros. Por outro lado, me desanima: como um analfabeto pode achar interessante um livro? Se acreditamos que para vivermos num mundo melhor o caminho passa pela educação, vamos nos esforçar para que isso de fato aconteça.

**O que ainda falta para o Brasil ser um país de leitores?**

**VK** - Falta muita coisa, estamos avançando, mas de forma muito acanhada. Enquanto a educação não for uma prioridade, o Brasil jamais será um país de leitores.

**Você faz parte da Câmara Setorial. O que de concreto já fizeram?**

A Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura é um grande passo para que o Brasil se torne um país de leitores. Ela é uma ação ainda recente. Na primeira reunião foram discutidas ações e projetos que devem ser trabalhados e praticados pelos setores do livro. Se entendermos a Câmara como um projeto de partido provavelmente fracassará, mas se fizermos dela um projeto para o mercado editorial, ela tem muito a contribuir.

**Qual a sua opinião sobre a questão da reprodução (xerox) de obras nas universidades? É crime ou é disseminação de conhecimento?**

**VK** - Difícil responder uma pergunta tão complexa sem cair no risco de dizer bobagem. A cópia ilegal de livros é crime. Existem vários profissionais estudando a matéria para melhor entender e qualificar a lei dos direitos autorais. De qualquer forma, estamos diante de um grande desafio. Existem inúmeros argumentos para defender diferentes posições. Faltam livros no mercado, alguns já não existem. Os livros são caros. A cópia é para uso pessoal e de estudo. As tiragens dos bons livros universitários são pequenas e não são reimpressos. Por outro lado, o xerox como toda pirataria traz prejuízos enormes ao mercado editorial. Acredito que o assunto requer uma ação conjunta e uma discussão ampla entre as diferentes classes para buscar alternativas e soluções.

**Outra questão polêmica é sobre o acesso gratuito de livros na internet (como o Google vem fazendo). Isso ajuda o mercado editorial ou fere os direitos autorais?**

**VK** - A divulgação do livro em formato PDF pela internet ajuda a promover e divulgar o livro. Evidentemente deve ser feito com autorização e respeito à lei dos direitos autorais. Sinceramente acho que quanto mais se divulga o livro, mais ele será lido e vendido. A internet é mais uma ferramenta nesta divulgação. O livro impresso jamais será substituído pelo eletrônico. Não tenho este receio.

**Qual o livro que não pode faltar na sua cabeceira? E aquele que não leu, mas ainda quer ler?**

**VK** - São vários os livros indispensáveis. Vou citar o primeiro que me ocorreu e o qual já li e reli algumas vezes: a *Bíblia*. É o livro que dá sentido e significado às nossas vidas. Outro livro que me marcou muito é a *Revolução dos Bichos*, de George Orwell. Sobre os que não li e gostaria de ler, lembro de *O Caçador de Pipas*, de Khaled Housseini, que fala sobre as frágeis relações entre pais e filhos, os seres humanos e seus deuses. O tema me interessa porque acabo de ser pai do meu terceiro filho.

“O livro impresso jamais será substituído pelo eletrônico.”



Arquivo Abeu

Valter Kuchenbecker e o ministro das Cidades, Olívio Dutra, na Bienal do RJ.

# Produzindo livros

por [Carlos Alberto Gianotti](#)

## **A Cambridge University Press, a mais antiga editora do mundo, é uma editora universitária que se**

espalha para além da Europa, pela Ásia, pelas Américas e pela Austrália, publicando livros em diferentes idiomas. Conta com um catálogo de títulos invejável, seus autores são pensadores reconhecidos internacionalmente em suas especialidades. Mas não é a única; como ela há outras editoras universitárias da Europa e dos EUA que são conhecidas pela excelência de suas publicações. Não menos que exibem essa qualidade editorial, também se mostram editoras rentáveis, constituem-se, na verdade, como empresas bem estruturadas, sustentáveis e que, inclusive, levam recursos para a atividade acadêmica das suas universidades.

No Brasil, as coisas obviamente são diferentes: a maioria das editoras universitárias não é sequer auto-sustentável; simplesmente edita livros às custas daqueles que mantêm a universidade. Contam-se nos dedos as que têm viabilidade financeira, isto é, que vêem seus livros nas livrarias com um potencial de venda capaz de gerar recursos para outras produções. Os livreiros, aliás, relutam em acolher nas prateleiras livros com selo editorial universitário, exatamente porque eles são difíceis de vender. O discurso que vigora sobre a função da editora universitária brasileira é que a ela compete publicar as obras acadêmicas pelas quais editoras ditas com "fins lucrativos" não se interessam em editar (porque com sua publicação teriam prejuízo). Esse argumento, desde sempre inquestionável, serve para acobertar necessidades que são mais individuais do que acadêmicas ou sociais e, conseqüentemente, para abarrotar os depósitos dessas editoras com livros destinados a poucos.

Mesmo desprezando os aspectos do custo e da viabilidade comercial e apenas considerando exigências ambientais ou de compromisso com o não-desperdício, é razoável acreditar que a

publicação de um livro só terá cabimento se ele mostrar potencial para motivar à leitura um conjunto significativo de leitores num prazo médio: não se justifica editar uma obra que importará a uma ou duas centenas de pessoas ao longo de anos. Entretanto, sabemos, editoras universitárias publicam muitos títulos de interesse restrito, volumes que acabam por restar sem compradores.

A maior parte do acervo de edições universitárias brasileiras é composto, hoje, basicamente por coletâneas de artigos de vários autores, relatórios de pesquisa, dissertações e teses transformadas em livros. Será que este país de subletrados, com as dificuldades socioeconômicas conhecidas, carece mesmo de tantas publicações desse tipo? Valeria a pena pensar sobre a origem da maioria das edições universitárias brasileiras.

Um simpósio é um simpósio. Uma vez organizado, os interessados no tema inscrevem-se e vão participar de seus diferentes "momentos". Os palestrantes poderão transformar suas falas em artigos. No passado, esses artigos eram reunidos para constituir os tradicionais anais do evento, depois enviados aos participantes. Hoje, que nada!, isso mudou: logo se agrupam sabe-se lá quantas palestras e está feito um livro do simpósio, encontro, jornada ou que classificação tenha. Ora, se uma série de "colocações" temáticas para grupos de ouvintes pode constituir um bom simpósio, uma coletânea desses artigos não forma obrigatoriamente sequer um livro sofrível.

Outra modalidade de organizar um livro é a simples reunião de artigos escritos por pesquisadores de uma mesma área: alguém elege um assunto e acerta com alguns colegas a elaboração de textos sobre parcelas do assunto ou temas. Todos esses escritos reunidos e acrescidos de uma página à guisa de apresentação formam um livro, que, pelas disparidades dos conteúdos e dos estilos, nunca conta com a unidade indispensável a uma publicação. Em geral, os participantes da coletânea, ao contrário do que seria

# (para ninguém ler)

de se esperar, sequer lêem os textos dos demais co-autores; assim, cada artigo não estabelece qualquer relação entre o que aborda e o que é abordado pelos outros ou faz menção à interseção entre os conteúdos. Enfim, igualmente nesse caso, o que resulta é apenas a publicação de um aglomerado de textos desconexos e que não geram interesse no conjunto.

Há pesquisadores universitários que, concluído um determinado trabalho, oferecem o relatório de pesquisa à publicação como livro. Feita a leitura do texto, pode-se até concluir que é um trabalho acadêmico muito bem elaborado, porque investiga, analisa e relata pormenorizada, metódica e claramente os elementos que se propôs a estudar. Entretanto, também se constata, em geral, que não será certamente um livro, porque não estende idéias sobre o assunto, não oferece condições de contorno, não extrapola, isto é, carece exatamente do que interessaria a um conjunto significativo de leitores. Quer dizer, uma pesquisa científica qualificada é, normalmente, apenas uma pesquisa científica qualificada e não uma obra editorial.

Igualmente, uma dissertação é uma dissertação, como uma tese é uma tese: elas têm os seus lugares nos procedimentos que conduzem ao saber acadêmico. Mas, seguidamente, bancas arguidoras de mestrandos ou doutorandos tornam-se indutoras de novos autores. Quando enxergam na dissertação ou na tese defendida o traço da qualidade acadêmica, os examinadores costumam ser taxativos: *Ai está um trabalho que merece ser publicado! Recomenda-se a edição.* (É a partir desse momento que o editor universitário poderá esperar pela visita do recém-mestre ou recém-doutor, que lhe dirá: ... e o meu trabalho foi aprovado com nota máxima e recomendado para publicação...) A banca faz a recomendação com a maior sem-cerimônia, com o conhecimento editorial de quem não sabe que nem tudo o que tem qualidade acadêmica pode ser publicado como livro. Isso não resiste a uma

análise minimamente imparcial: nem tudo o que está escrito pode se tornar livro e um excelente trabalho acadêmico, por regra, é apenas isso; eventualmente, ter-se-á dali um livro, mesmo assim após serem feitas pelo autor as sempre necessárias e significativas adaptações editoriais.

Poder-se-á aduzir que essas são apenas considerações mercantis, irrelevantes diante do conteúdo dessas publicações. Afinal, serão livros significativos para a chamada sociedade do conhecimento (sic), que socializarão ou perpetuarão muita sabença no papel. Ademais, conforme notado, preexiste a idéia consensual de que é essa exatamente a função das editoras universitárias: publicar obras que são “fundamentais”, conquanto não tenham viabilidade comercial.

De todo modo, é certo que não se visitam os estoques das editoras universitárias brasileiras sem experimentar um calafrio: lá se pode deparar com um sem-número de títulos plúriautorais ou originados de pesquisas, dissertações ou teses; são carradas de livros que não encontram leitores, pilhas e mais pilhas de papel impresso. Então, por que editar trabalhos que não têm destinatários em número justificável? Porque são essenciais ao conhecimento? Apenas para “registro” *ad perpetuam rei memoriam*? Ou apenas para fins curriculares dos autores? Será que editoras universitárias que se sustentam especialmente com recursos dos estudantes e não com os resultados da comercialização devem arcar com os custos do *publish or perish* acadêmico? Quem paga por isso tudo?

Essas perguntas – que, a rigor, jamais chegaram a ser expressas – devem ser respondidas desapassionadamente pela comunidade universitária do país, mormente diante das inúmeras possibilidades de se dar suporte, que não o livro impresso, para que aqueles conhecimentos permaneçam à disposição dos interessados.

Um livro é um livro. Nem todo escrito é livro.

Carlos Gianotti é diretor da Editora Unisinos (RS)  
e-mail: [gianotti@luna.br](mailto:gianotti@luna.br)

# Brasil luta por leitores

O projeto **VivaLeitura** quer criar um país no qual a leitura é essencial. As ações em 2005 foram o ensaio de uma política que, se permanecer, mudará o Brasil e seus leitores.

por Artêmio Souza

Já dizia Castro Alves: “bendito, bendito é aquele que semeia livros, livros a mão cheia e manda o povo pensar; o livro caindo na alma, é germe que faz a palma, é chuva que faz o mar.” Benditos, portanto, são os chefes de Estado dos vinte países que aprovaram, em 2003, o Ano Ibero-Americano da Leitura, rebatizado no Brasil de **VivaLeitura**, e coordenado pela Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (Cerlalc), Unesco e governos dos países da região. No caso brasileiro, a coordenação é do Governo Federal, a cargo dos Ministérios da Cultura e Educação e da Assessoria Especial da Presidência da República.

Trata-se de uma grande mobilização nacional para que o Brasil implemente uma Política Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas no contexto de um país com dimensão continental. E produza, dessa forma, o grande salto necessário para construir uma nação de cidadãos leitores. Ou, como diria o imperador francês Napoleão Bonaparte, “mostre-me uma família de leitores, e lhe mostrarei o povo que dirigirá o mundo”. Ou, como difundia Monteiro Lobato, “um país se faz com homens e livros”.

Bonapartismos à parte, a verdade é que governos (federal, estaduais e municipais), escolas, professores, bibliotecários, escritores, editores, livreiros, organizações não-governamentais, meios de comunicação, empresas privadas e todos aqueles que vêem a leitura como uma questão estratégica para a nação, inclusive para promover inclusão e cidadania, foram convocados para deflagrar um grande e permanente movimento nacional.

O maior desafio foi, certamente, criar as condições para não limitar o **VivaLeitura** a ações pontuais e esporádicas, mas sensibilizar a opinião pública e a população, criando uma corrente a favor da leitura. Por



# “Casa sem livro, corpo sem alma.” Cícero

isso, a iniciativa era encarada apenas como o primeiro passo. Seu calendário e as ações contidas no VivaLeitura constituíram a primeira edição do Plano Nacional do Livro e Leitura, de caráter definitivo, composto por Estado, iniciativa privada e Terceiro Setor.

Uma forma concreta e bastante objetiva de materializar a visão estratégica das políticas públicas para a área é não deixar que a frase do escritor e jornalista Fausto Wolff se torne realidade: “Conto histórias para mudar o mundo, pois vivo num mundo cujos senhores desprezam a educação e cultura, conseqüentemente os livros”.

No VivaLeitura, portanto, havia dois grandes desafios. O primeiro era identificar, estimular a integração e dar visibilidade a tudo que se faz pelo país afora com abrangência, riqueza, diversidade e dose extraordinária de criatividade e talento. O segundo era fazer mais, seja estimulando novas iniciativas, fomentando as parcerias ou através de ações próprias de ministérios, governos estaduais e prefeituras que dêem à Leitura a dimensão de uma Política de Estado.

## 2005: o ano da leitura

O Ano Ibero-Americano da Leitura originou-se de uma plataforma de integração das nações ibero-americanas, fundamentada na leitura e na escrita como ferramentas de inclusão social e desenvolvimento. Foi um programa da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da região ibero-americana que tem o compromisso de articular governos, setor privado e sociedade civil para que se empreendam — ou continuem — em ações imediatas e de longo prazo na América Latina em prol da leitura.

O Ano Ibero-Americano da Leitura trabalhou para que a leitura se convertesse em um tema prioritário nas políticas públicas e no imaginário social da região ibero-americana. Para isso, Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), Cerlalc (Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e Caribe) e Unesco estão incentivando nos vários países a integração dos Planos Nacionais do Livro e Leitura dos países da área, engajando governos, escritores, entidades do livro, educadores e bibliotecas, escolas, universidades,

fundações que favorecem a leitura, a indústria do livro e aqueles que desenvolvem programas e projetos de leitura.

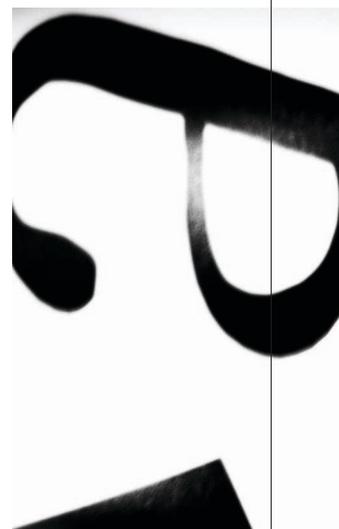
“Quem não lê não tem discernimento, não tem poder de crítica. Apenas 26% dos adultos são capazes de ler e entender um livro, é um absurdo. É por isso que estamos nos saindo muito mal em algumas áreas. São necessários programas de incentivo à leitura em todas as faixas etárias”, argumenta Cláudia Costin, secretária de Cultura do governo do Estado de São Paulo.

A regulamentação da Lei do Livro e campanhas nacionais de incentivo à leitura na TV e no rádio também fizeram parte do VivaLeitura. “O programa foi concebido de forma inteligente e democrática, unindo todos os elos relacionados ao livro. Temos prazer em participar”, afirma o presidente da CBL, Oswaldo Siciliano.

“Começamos com a desoneração do livro, assinada pelo presidente Lula no final de 2004, e implementamos neste primeiro semestre a Câmara Setorial do Livro e o Observatório Nacional do Livro e da Leitura, a abertura de bibliotecas e diversas outras ações”, lembra Galeno Amorim, coordenador do VivaLeitura, para quem a Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU) é fundamental (leia entrevista na página 12).

Uma parceria que ficou ainda mais fortalecida na Bienal do Rio de Janeiro, realizada em 2005. Na avaliação de Amorim, o VivaLeitura é considerado um modelo no resto do mundo. “Estamos indo muito bem e já contamos com 100 mil colaboradores e diversos projetos incluídos”, disse, acrescentando que as editoras universitárias associadas à Abeu têm um papel extremamente importante no andamento dessa iniciativa. “A Associação é essencial. Isso porque a entidade está ligada aos jovens universitários, um público que ajuda a multiplicar as ações do programa”.

Galeno Amorim acha que ainda falta uma política de Estado para estimular a leitura. “Não basta criar um programa de governo, é preciso uma política que permaneça independentemente de quem está no poder. Também falta orçamento e estrutura, problemas que aos poucos estamos lutando para amenizar. As questões do analfabetismo funcional e do acesso ao livro também precisam ser combatidos”.



Para saber mais sobre o VivaLeitura, acesse [www.vivaleitura.com.br](http://www.vivaleitura.com.br) ou acompanhe as notícias do mercado editorial pela ABEU no site [www.abeu.org.br](http://www.abeu.org.br)

# O retrato que o VivaLeitura quer mudar

Programa do Governo tem como desafio um país em que 65% são analfabetos funcionais

por Artêmio Souza

“Brasileiro não gosta de ler”. Mito ou verdade? A pesquisa *Retrato da Leitura no Brasil*, feita no ano 2000 por iniciativa das entidades do livro e dos fabricantes de papel é a única, até hoje, que tentou definir o consumo de livros no país. Não houve *remake*, o que talvez ajudasse a acompanhar as mudanças.

A pesquisa foi feita por amostragem considerando como universo a população superior a 14 anos de idade com pelo menos três anos de escolaridade, o que equivalia, na época, a 86 milhões de pessoas. Esse universo, entretanto, incluía o grande grupo de analfabetos funcionais, que chega a 65% da população.

O retrato dos resultados: 20% desse universo comprou pelo menos um livro nos últimos 12 meses, com a média de 5,92 livros *per capita*; 14% do universo estava lendo um livro no

momento da pesquisa; 30% do universo declarou ter lido um livro nos últimos três meses; 62% afirmou que “gostam de livros”. A correlação não é simples, mas indica claramente que a população efetivamente alfabetizada (26% da população total) é, em sua esmagadora maioria, leitora de livros.

O *Retrato da Leitura* constatou também que existe uma total dependência da escolaridade ao hábito de leitura de livros, além da forte influência do fator econômico: uma parcela substancial dos entrevistados não lê mais porque os livros são caros e não são encontrados em bibliotecas.

Para o antropólogo Felipe Lindoso, pesquisador de políticas públicas de cultura, a primeira conclusão é a de que os brasileiros com mais instrução, capazes de compreender o texto, lêem bastante. Ainda estão longe dos

espanhóis (35% são “leitores frequentes”), mas o suficiente para caracterizar como mito essa história de que brasileiro não gosta de ler.

A segunda é que dois fatores estão na raiz do baixo índice de leitura: escolaridade e condições de acesso ao livro. Há décadas vemos um esforço continuado de melhoria na qualidade do ensino. Mas não se vê o mesmo esforço e recursos para a construção e aparelhamento das bibliotecas públicas, cujo estado geral é uma vergonha nacional.

## Entrevista: Galeno Amorin, coordenador do VivaLeitura

### Qual a sua avaliação sobre o VivaLeitura?

Galeno Amorin – O VivaLeitura, a versão nacional do Ano Ibero-Americano da Leitura, é considerado um modelo no resto do mundo. Estamos indo muito bem e já contamos com 100 mil colaboradores e diversos projetos incluídos.

### De que forma as editoras universitárias ajudam nesse sucesso?

GA - As editoras universitárias associadas à Abeu têm um papel extremamente importante no andamento do VivaLeitura. A ABEU é fundamental para o VivaLeitura.

Isso porque a entidade está ligada aos jovens universitários, um público que ajuda a multiplicar as ações do programa.

### O que falta para o brasileiro ler mais?

GA – Falta uma política de Estado. Não basta criar um programa de governo, é preciso uma política que permaneça independente de quem está no poder. Também faltam orçamento e estrutura, problemas que aos poucos estamos lutando para amenizar. A questão do analfabetismo funcional e o acesso ao livro também precisam ser combatida.





objetivo a orientação no processo de produção editorial e gráfica do periódico, buscando facilitar a sua utilização pelos usuários em geral, pelas pessoas responsáveis do tratamento, recuperação e difusão da informação, bem como sua preservação.

O periódico científico caracteriza-se por elementos considerados fundamentais para a sua identificação, conforme a norma NBR 6021/2003 — Informação e documentação — Publicação periódica científica impressão — Apresentação, da ABNT. Esta norma apresenta os elementos principais dos periódicos científicos respaldada em estudos e pesquisas, em nível internacional e por sua equivalência com as normas ISO 8/1977, da *International Organization for Standardization*.

Cada periódico científico deve ter um projeto para instituí-lo, independentemente do seu design, de sua cor, de seu formato ou suporte; ou seja, existem elementos bibliográficos identificadores, reconhecidos internacionalmente e indispensáveis, que são:

a) Elementos pré-textuais:

Folha de rosto - deve constar no anverso, sempre no mesmo lugar e em todos os fascículos: o título completo, o número do volume e do fascículo, a data da publicação, o local, a indicação da existência de suplementos, de índices, de encartes, o ISSN, que é Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas (*International Standard Serial Number*), a legenda bibliográfica. No verso incluir informações relativas aos direitos autorais; as autorizações de reprodução de artigos ou parte deles; a existência de outros suportes; os dados internacionais de catalogação na fonte (ficha catalográfica); os créditos e outras informações;

Erratas – são as incorreções ocorridas na publicação, seguidas das correções, em papel avulso e acrescidas ao número, após sua impressão, se for necessário. Inserir-las após a folha de rosto, antecedida da referência da publicação;

Sumário – é a enumeração das divisões, seções e outras partes que formam o fascículo;

Editorial – é a apresentação do conteúdo pelo editor ou redator.

b) Elementos textuais: é o corpo textual do periódico, incorporando os artigos, as resenhas, as comunicações técnicas científicas, os informes, entre outros. A estrutura do conteúdo cabe ao projeto gráfico do periódico, poderá ser dividido em seções ou agrupadas por assuntos, acompanhadas de tabelas, desenhos e citações. A editoração do periódico deve atender ao *design* adotado e aprovado pela comissão editorial.

c) Elementos pós-textuais: são inseridas as informações que complementam o periódico, como os índices, as tabelas e as instruções editoriais para os autores.

Os itens apresentados acima são características mínimas recomendáveis a serem seguidas pelo editor

responsável da publicação de um periódico científico, visando ter um padrão de qualidade internacional, frente à diversidade de periódicos existentes no mercado e que queira ser aceito no meio técnico e científico nacional e internacional obtendo, igualmente, a indexação em mecanismos reconhecidos.

A produção científica brasileira é afetada por vários problemas, entre eles: a editoração dos periódicos científicos quanto aos seus aspectos de qualidade, normalização, comercialização e distribuição. A falta de apoio institucional e de recursos financeiros provocando a descontinuidade de suas edições e/ou grandes vácuos entre as edições. Outro problema é a ausência de recursos humanos capacitados na área, que criam periódicos fora de padrões, dificultando o reconhecimento e a aceitação do mesmo em sua área de atuação, conforme afirma Costa (apud Ohira, Sombrio, Prado, 2000, p. 2) que a produção científica brasileira “de modo geral (...) é afetada pelos problemas enfrentados pela editoração de periódicos científicos no país, em seus aspectos de qualidade, normalização, comercialização e distribuição, falta de apoio institucional e de recursos financeiros, descontinuidade de suas edições e ausência de recursos humanos capacitados na área, com o conseqüente amadorismo presente em sua editoração.”

Constata-se que muitas instituições de fomento brasileiras, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), entre outras, preocupadas com a realidade dos periódicos científicos e o reconhecimento e aceitação das publicações brasileiras, vem definindo políticas de apoio a este tipo de publicação, como o caso de: Periódicos ([www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br)), Scielo ([www.scielo.br](http://www.scielo.br)), Prossiga ([prossiga.ibict.br](http://prossiga.ibict.br)), são algumas das ações que visam a padronização de elementos essenciais e de metadados, visando a troca de dados em *softwares* internacionais. Estas ações poderão colocar o Brasil entre os países engajados no acesso livre, na democratização e socialização do conhecimento.

## **Avaliação de artigos**

Todo cientista ou pesquisador precisa divulgar/comunicar os resultados e conclusões de suas pesquisas ou uma nova descoberta para a comunidade científica. Muitos são os canais para se fazer esta comunicação: a forma oral (reuniões, simpósios, congressos) e/ou a escrita: através do artigo científico, publicado em periódico

científico, reconhecido em sua área de atuação, de preferência indexado internacionalmente, no formato impresso ou no *on line*. Meadows (1999, p.166) corrobora com a sentença anterior, quando afirma que “a ênfase a pesquisa aplicada durante as décadas de 1980 e 1990 levou ao crescimento [...] da ‘literatura cinzenta’ [...]. No entanto, os artigos de periódicos sujeitos a avaliação e os livros científicos ainda são considerados como as publicações definitivas dos resultados de projetos de pesquisa.”

Ao finalizar uma pesquisa, os autores têm que decidir para qual periódico será encaminhado o artigo. Para a tomada desta decisão destacam-se dois fatores fundamentais que devem nortear esta decisão: primeiramente é a opinião que a comunidade científica tem a respeito do periódico (prestígio) e o segundo é o público atingido pelo periódico. Novamente, reafirma Meadows (1999), que a tomada de decisão destaca dois fatores fundamentais que devem nortear esta decisão, primeiramente é a opinião que a comunidade científica tem a respeito do periódico (prestígio) e o segundo é o público atingido pelo periódico.

A produção científica de pesquisadores e, conseqüentemente o seu reconhecimento é medida por um fator de impacto, calculado pela quantidade de artigos publicados na imprensa científica mundial e, por quantas vezes estes mesmos artigos foram citados pelos outros cientistas, em outros artigos, dentro de sua área de atuação. Este reconhecimento científico é o que garante a evolução científica constante, conforme bem colocam Ohira; Sombrio; Prado (2003, p. 4) “a produção científica dos pesquisadores é medida de duas formas: a) quantos artigos o pesquisador publicou na imprensa científica mundial que fornece uma medida da produtividade absoluta, e b) quantas vezes esses trabalhos foram citados pelos outros artigos (ou seja, constaram da sua lista bibliográfica), que avalia o impacto e a importância do artigo em seu campo científico.” Neste aspecto, a tecnologia de informação e comunicação vem permitindo, de forma mais rápida e eficaz, a disseminação do conhecimento.

Estudiosos e pesquisadores são cobrados cada vez mais a publicarem seus trabalhos, porém a comissão editorial do periódico científico o qual o original de um artigo é encaminhado para publicação deve analisá-lo com critérios preestabelecidos. Assim, os periódicos científicos para manter a sua qualidade e aceitabilidade precisam ter um sistema de avaliação de originais. É característica do conhecimento científico divulgado passar pelo processo de avaliação dos pares, significando que, quando um artigo é publicado num periódico com reputação nacional ou internacional, o texto do autor recebeu a aprovação do editor e dos consultores (comissão editorial) que

aprovaram a publicação do mesmo. E este ciclo documental é que permite a aceitação, o reconhecimento e o pleno acesso à informação certificada.

Corroborando com Stumpf (2005, p. 104) onde destaca que “a literatura internacional e todos os produtores de conhecimento científico consideram fundamental a etapa de avaliação dos originais na produção de revistas científicas para a manutenção de padrões de qualidade da própria ciência.”

Para o sistema de avaliação de originais, encontram-se na literatura alguns termos como: sistema de arbitragem, sistema de avaliação de originais, sistema de avaliação pelos pares. Igualmente em inglês designa-se como *referee system ou peer review*. Para Stumpf (2005) este sistema de avaliação envolve o uso sistemático de árbitros para assessorar na aceitação de originais submetidos para publicação, reunindo pessoas e atividades diferenciadas, mas que se complementam para avaliar os originais submetidos a um periódico científico.

### Considerações finais

Os países buscam estar, constantemente, acompanhando as tecnologias de ponta, promovendo novas descobertas, fazendo-se presente nas grandes discussões, atendendo a questões de igualdade e da socialização dos saberes. Mas, para atender esta gama de ações é necessário o uso de padrões e de normas.

O periódico científico foi, é e será o meio de maior disseminação da ciência, promovendo a evolução constante e a integração entre as áreas do conhecimento. Mas, para que isto continue ocorrer, não importando o formato utilizado, é necessário o uso de critérios para a publicação do periódico científico. Quanto a sua estrutura física, adotar os elementos essenciais para o seu reconhecimento e indexação, de acordo com as normas vigentes. Já para os artigos nele publicados é necessário estabelecer “normas de publicação para os autores”, divulgando a política editorial estabelecida e as normas adotadas. Além disso, é imprescindível passar por uma avaliação dos pares.

Cabe destacar que o reconhecimento dos periódicos científicos, dos autores, consultores e editores envolvidos só ocorre quando o periódico é aceito na comunidade científica e isto envolve a adoção de normas e padrões, além da criteriosa avaliação de seus artigos, permitindo sua recuperação plena e eficaz.

Gleisy Fachin (gleisy@cin.ufsc.br) e Araci Hillesheim (araci@cin.ufsc.br) são professoras do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

# Unir ou morrer

Conheça o programa da Abeu que tenta reunir as editoras universitárias na hora das vendas

por Bruno Moreschi

O nome é longo: Programa Interuniversitário para Distribuição de Livro. Mas a intenção pode ser resumida na palavra união. O programa também conhecido pela sua sigla PIDL quer que as 115 editoras universitárias espalhadas por todo o Brasil passem a vender suas publicações pelo território nacional. Através de uma série de regras, as editoras que utilizam o programa se beneficiam em colocar suas obras em outras regiões onde antes jamais sonhariam chegar.

Para fazer parte do PIDL é necessário que a editora seja sócia da Associação Brasileira das Editoras Universitárias. Além disso, precisa respeitar algumas normas registradas no estatuto do programa (ver box). O primeiro passo é cada um dos sócios trocar catálogos com informações dos livros publicados. Surgindo interesse, a transação é feita de uma forma consignada. Após a

venda da obra, o pagamento é feito com 50% de desconto no preço de capa. Além disso, quem pede o livro, paga o frete de envio. Entretanto, se a editora que enviou quer suas publicações de volta, fica responsável pelo frete de retorno. A editora precisa informar a venda para a outra que enviou o material. Isso é feito através de um informativo de venda mensal.

O funcionário da Edufsc, Adriano Coelho, explica a proposta do PIDL mostrando nove caixas com livros que seriam devolvidos para a Editora da Unicamp. "A idéia é criar um ciclo entre as associadas da Abeu", afirma.

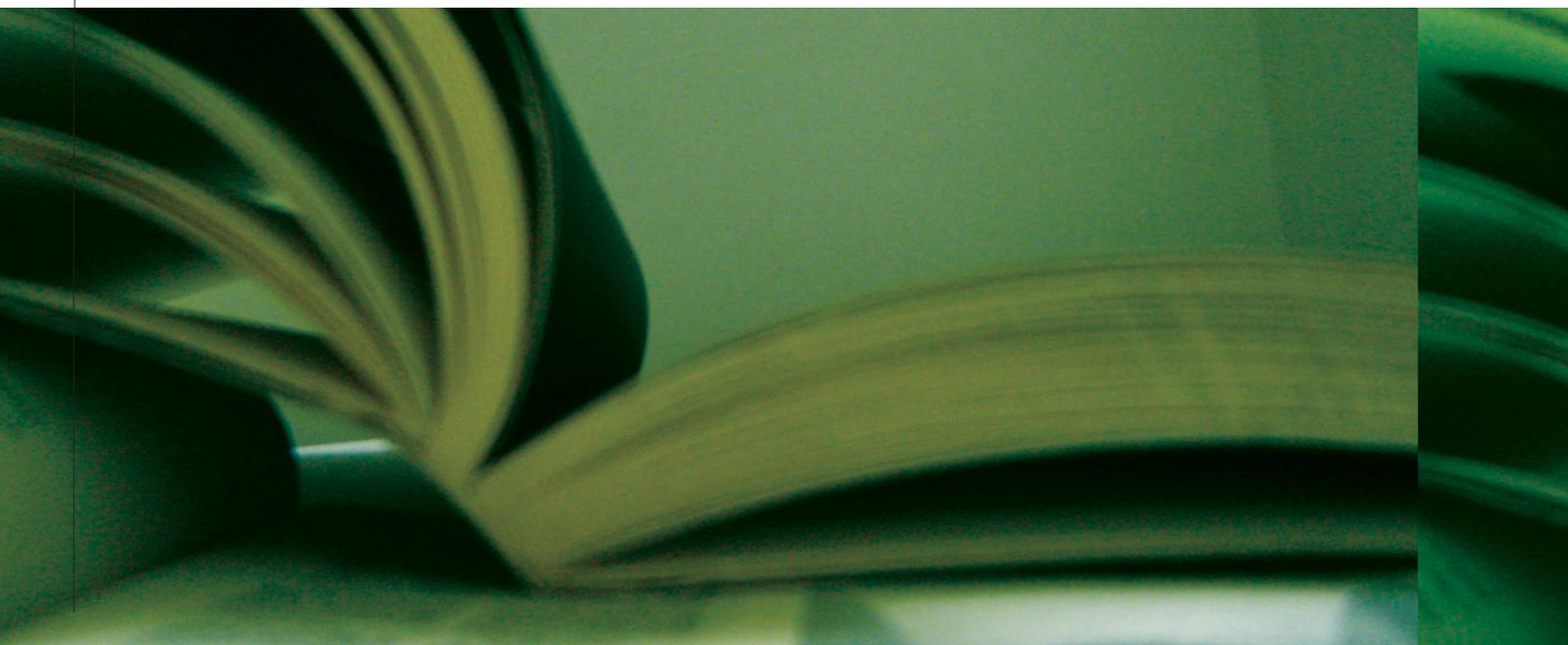
Josué Ribeiro Roberto, do setor de vendas da Editora da UFMG, pensa da mesma forma, mas completa que a principal intenção do programa não é a obtenção de lucro, mas sim, divulgar o livro universitária por todo o país.

Josué Roberto teve a missão de colocar em prática o PIDL na editora mineira. Após dois anos, as

vendas através do sistema cresceram 40%. Hoje, ele está em outra área da editora, mas ainda relembra o desafio que enfrentou.

O segredo foi mandar os lançamentos da Editora da UFMG sem esperar por pedidos. Depois que as obras chegavam nas outras editoras, Josué ligava insistindo para que divulgassem os livros. "O PIDL funciona se as editoras tiverem agressividade", resume.

Na teoria, o PIDL é uma idéia promissora que torna a união das editoras associadas possível não só em momentos nacionais como a Bienal, mas também no dia-a-dia das vendas. Na prática, a dificuldade é convencer as associadas de que precisam participar do programa. Editoras de regiões muitas vezes consideradas isoladas, como a UAM da Amazônia, vende seus livros através do PIDL em todo o país, enquanto algumas editoras localizadas em grandes



# sozinha

idades ignoram a importância do programa.

O presidente da Abeu, Valter Kuchenbecker, explica que o PIDL surgiu como uma alternativa concreta de amenizar o grande problema das editoras universitárias, a distribuição do livro. Kuchenbecker acredita que o programa funciona quando as editoras cumprem as regras, como atendimentos bem feitos, mapa de vendas em dia, envio de novidades e lançamentos. Ele admite, portanto, que as dificuldades individuais de cada editora têm atrapalhado o melhor funcionamento do PIDL. "Muitas, nem mesmo acreditam na iniciativa."

Na reunião anual da Abeu de 2005, realizada em Canela (RS), as associadas discutiram uma proposta de credenciamento de livrarias para melhor administrar o PIDL.

## Os mandamentos do PIDL

1 – A editora universitária interessada em participar do Programa deverá ser associada à Abeu e formalizar sua intenção à coordenação do PIDL;

2 – Cada nova editora a integrar o Programa deverá, em princípio, enviar catálogos e listas de preços para os demais participantes;

3 – Cada editora participante concederá 50% de desconto no preço de capa, nos livros por ela editados. No caso de co-edições, as condições serão negociadas entre as partes;

4 – As despesas de remessa ficam sempre por conta de quem remete;

5 – Para cada novo título lançado deverá ser enviado, para cada participante, material de divulgação correspondente;

6 – As editoras participantes colocarão seus títulos para as demais pelo sistema de consignação com informativo a cada 30 dias;

7 – Para os primeiros pedidos de consignação, a primeira prestação de contas deverá ser feita no máximo até 60 dias e, a partir daí, mensalmente, mesmo que não haja movimento;

8 – O pedido mínimo para as editoras que possuem livrarias será geralmente 02 (dois) exemplares;

9 – Os livros devem ser remetidos em caixa ou envoltos em material resistente; os livros danificados, serão devolvidos à editora de origem para substituição.

10 – Em caso de alteração das listas de preço, elas deverão ser enviadas trinta dias antes da data



Quando o assunto é a reprodução de obras nas universidades, o famoso xerox dos textos dos professores, **Enoch Bruder**, presidente da ABDR (Associação Brasileira para a Proteção dos Direitos Editoriais e Autorais), interpreta a Constituição Brasileira e afirma que:

# Copiar é Crime

A reprodução parcial de livros com base em cópias existentes nas chamadas pastas do professor, sem qualquer autorização do titular dos direitos autorais, não é permitida pela legislação brasileira. A Constituição estabelece o direito exclusivo do autor de autorizar a reprodução de sua obra. Nesse mesmo sentido a Lei Federal nº 9.610/98 ("Lei de Direitos Autorais"), atribui direitos sobre a obra literária ao seu autor, e estabelece limites para o uso das obras protegidas.

Esses limites disciplinam o uso da obra literária independentemente de autorização do titular do direito autoral, por pressupor que a razoabilidade de tal uso não prejudica a exploração da obra.

Dentre os limites aos direitos autorais estabelecidos na Lei de Direitos Autorais destaca-se o disposto no inciso II, do artigo 46, que estabelece não constituir ofensa "a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro".

A despeito de inexistir a definição legal de pequeno trecho, a exceção acima traz outros requisitos como – a cópia de um só exemplar (as copiadoras armazenam e reproduzem diversos trechos de obras literárias); a destinação do uso privado da cópia; a realização da reprodução pelo próprio copista; e a ausência de qualquer ganho econômico com a cópia. Esse último requisito, por si só, afasta a suposta licitude da reprodução de livros por copiadoras que armazenam e alienam a qualquer interessado, trechos de livros como capítulos.

Assim, havendo a reprodução de trechos de livros e a sua alienação o copista comete dois ilícitos. Um ilícito de natureza civil por ofensa ao titular do direito autoral da obra literária, e passível de pagamento de indenização equivalente a até três mil exemplares; e outro de natureza penal e passível de pena de reclusão de até quatro anos e multa.

A reprodução não autorizada de trechos de livros realizada por copiadoras estabelecidas no interior e nas proximidades de Universidades está causando grandes danos a livreiros, editoras e autores – e deve ser combatida com a aplicação da lei. Somente com a união de todos os prejudicados com essa atividade é possível exigir o correto cumprimento da lei pelas autoridades públicas, e buscar a punição daqueles que agem ao arrepio do nosso ordenamento jurídico.



**Guilherme Fontes**, chefe de gabinete da Reitoria da PUC-SP, critica a posição da ABDR. Para Fontes, é errado a idéia de tratar a reprodução de livros como caso de polícia. Ele afirma que a cópia nesse caso:

# cria novos leitores

Desde 2004 a ABDR conduziu campanha incisiva para proibir a reprodução de livros em todo país, particularmente no universo do ensino superior. Respalhada na lei 9.610/98, que regula o direito autoral no Brasil, e legitimada pela maré montante do necessário combate à pirataria, a ABDR investiu contra as cópias de trechos de livros, que é um desajeitado pilar da rotina pedagógica, sem o qual estudantes não lêem e professores não ensinam.

O país é pobre, as bibliotecas públicas precárias e o ensino superior cresce de forma acelerada. Onde há verdadeira universidade, manuais têm pouca entrada e predomina a leitura direta de clássicos e contemporâneos. Calculamos que em uma universidade entre média e grande, com graduação e pós-graduação, são oferecidas semanalmente não menos do que 2.000 disciplinas, com respectivas bibliografias. Em estimativa moderada, pode-se dizer que o leque de referências atinge facilmente a cifra de 10.000, entre capítulos e artigos buscados por milhares de estudantes.

Foi nesse universo que a cópia proliferou, mesmo nas universidades que possuem bibliotecas razoáveis. Isso é exclusivo da realidade brasileira? Não. Mesmo no dito primeiro mundo é comum a copiadora no próprio recinto da biblioteca.

Por seu caráter fragmentário e por impedir o contato direto com o livro, essa prática costuma ser condenada. No entanto, a reprodução para ser grifada ou comentada à margem incorporou-se nas práticas de leitura contemporâneas. Hoje, são raras as bibliotecas pessoais que não contenham coleções de cópias.

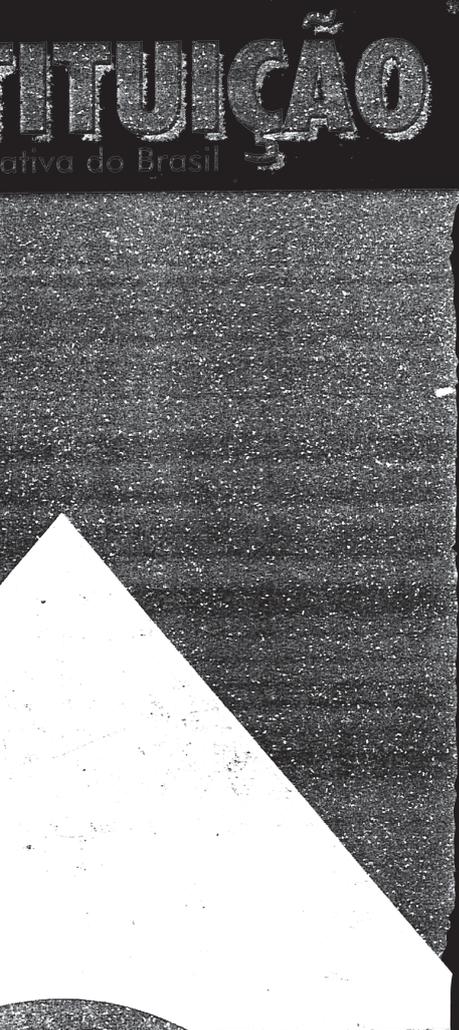
Isso significa que a universidade é inimiga do mercado editorial e dos autores? Não. A universidade é um celeiro de leitores e autores. Ou que abdicou de leituras integrais? Também não: muitos livros são para ser lidos inteiros, outros em parte; e os estudantes que tiram cópias também compram livros.

Um dos erros de avaliação da ABDR é desconsiderar que inúmeros estudantes adquirem hábitos permanentes de leitura e serão futuros possuidores de bibliotecas pessoais, alimentando assim o mercado editorial. Outro foi transformar a cópia de livros em caso de polícia. Um problema educacional e cultural dos mais delicados foi carregado para a vala comum da pirataria.

A lei permite a reprodução, sem intuito de lucro, de pequenos trechos, para uso privado do copista. E, mesmo isso, a ABDR buscou contestar, por meio da tortuosa interpretação de que no pequeno trecho pode estar presente a essência da obra.

Depois de uma temporada de embates, o meio universitário vem fixando alguns princípios: a) reconhece-se a propriedade do autor mas preserva-se a idéia de que a obra é um bem comum, e como tal deve ter multiplicadas as formas de sua acessibilidade; b) para fins educativos, pode ser autorizada a cópia integral de livro esgotado há mais de dez anos; c) a depender do livro, capítulos e artigos podem ser considerados pequenos trechos; d) no patamar tecnológico em que nos encontramos, a forma ideal para subtrair a reprodução de trechos de livros do universo do lucro são as Centrais de Cópias oficiais ou a proliferação de máquinas de auto-serviço operando a preço de custo.

Apesar de discordar dos métodos e de antever na ação da ABDR, sobretudo, o interesse comercial de grandes editoras, acredito que, nessa querela, ela cumpriu o seu papel: forçou a discussão de um problema que é central na vida de um país que se quer democrático e republicano, e que precisa rotineiramente lidar com os conflitos entre a propriedade privada e o bem comum.



**Toda semana as  
principais notícias  
do livro universitário  
no seu e-mail**

**ABEU em rede**

INFORMATIVO SEMANAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Assine gratuitamente o informativo Abeu em rede  
no site [www.abeu.org.br](http://www.abeu.org.br)